

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 779 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 1998

## ACM acredita na aprovação da MP sobre filantropia

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, está confiante na aprovação, pelo Congresso Nacional, da medida provisória (MP) que restringe as isenções de inúmeras entidades que atualmente gozam de incentivos como instituições filantrópicas. Sua confiança baseia-se no ajuste da bancada governista, depois da derrota do governo na semana passada, e nas manifestações de lideranças da oposição favoráveis à distinção entre filantropia e “pílantropia”.

PÁGINA 3



Antonio Carlos recebeu ontem das mãos de Malan cópias dos acordos de empréstimos feitos com o FMI e outros organismos

## Plenário decide sobre mudança no Código Penal

O Senado deverá votar hoje projeto alterando o Código Penal para definir como crimes condutas que configurem ou favoreçam trabalho forçado ou escravo. A proposta fixa pena de detenção de um a dois anos, além de multa, para quem impedir alguém de se desligar de serviço de qualquer natureza. Outro projeto que deverá ser votado é o que dispõe sobre as operações de crédito destinadas a compensar os estados e o Distrito Federal por perdas de receitas.

PÁGINA 2

## Malan debate hoje no Senado acordo com o FMI

Ministro da Fazenda entrega a Antonio Carlos documentos relativos aos entendimentos com organismos internacionais

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, entregou ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, cópias dos acordos de empréstimos feitos pelo país com o Banco de Compensações Internacionais (BIS), com o Banco do Japão e o FED (o banco central norte-americano), além do documento relativo aos entendimentos com o Fun-

do Monetário Internacional (FMI). Hoje, a partir das 17h, o ministro da Fazenda estará debatendo os termos desses acordos internacionais com os senadores integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Inicialmente, Malan fará uma exposição sobre o tema e, depois, responderá a perguntas dos parlamentares.

PÁGINA 3



Presidida pelo senador Ademir Andrade (C), a CAS discutiu com representantes do Museu Emilio Goeldi, do Pará, cortes nas verbas da instituição

## CAS busca solução para museu do Pará

PÁGINA 2

## Pauta da CRE inclui tratados

Indicação de diplomatas e acordos celebrados pelo Brasil com outros países estão na pauta da reunião de hoje da Comissão de Relações Exteriores.

PÁGINA 3

## Banco da Terra terá recursos

A Comissão de Orçamento do Congresso analisa hoje abertura de crédito no valor de R\$ 122,9 milhões para o Fundo de Terras e Reforma Agrária – Banco da Terra.

PÁGINA 2



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães

Presidente

- ▶ 11h30 - Recebe o senhor Kjell Magne Bondevik, ministro do Reino da Noruega
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

## PLENÁRIO

Terça-feira (8.12.98)

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
- Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno da \*PEC nº 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas); \*PRS nº 106/98, que autoriza o estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito junto à União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de até R\$99.293.000,00; \*PRS nº 107/98, que autoriza o estado de Santa Catarina a realizar operação de crédito junto à União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de até R\$311.907.000,00, cujos recursos serão destinados ao saneamento das instituições do sistema financeiro de Santa Catarina; \*PLC nº 54/98, que altera dispositivos da Lei nº 9.620/98, que cria carreiros no Poder Executivo Federal, cria as gratificações de desempenho e eficiência, e desempenho de atividade de defesa agropecuária; \*PLC nº 46/98, que dispõe sobre o processamento de recursos nos tribunais; \*PRS nº 97/98, que dispõe sobre as operações de crédito destinadas a compensar os estados e o Distrito Federal por perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424/96; \*PRS nº 95/98, que altera a Resolução nº 78/98; \*PLC nº 76/97, que altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 - Código Penal; e \*PLC nº 25/98, que altera a redação do art. 190 do Decreto-Lei nº 1.001/69 - Código Penal Militar.

## COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
- Principais itens da Pauta: \*PLS nº 208/97, que institui desconto no valor das passagens rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias interestaduais, para maiores de sessenta anos; \*Emenda nº 01 de Plenário oferecida ao PRS nº 53/98, \*PLS nº 242/96, que altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação aos cigarros destinados à exportação; e \*PLS nº 23/95, que institui a dedução na declaração anual de rendimentos da pessoa física dos gastos com trabalhadores domésticos. *Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa*
- ▶ 14h - Comissão Mista de Orçamento
- Pauta: Apreciação de vários pedidos de créditos suplementares solicitados pelo Poder Executivo. *Plenário nº 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados*
- ▶ 17h - Comissão de Assuntos Econômicos
- Pauta: Exposição do senhor ministro da Fazenda, Pedro Malan, acerca do acordo do Brasil com o FMI. *Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa*
- ▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
- Principais itens da pauta: \*Mensagem nº 250/98, que submete ao Senado o nome de Geraldo Affonso Muzzi para o cargo de embaixador do Brasil na Malásia; \*Mensagem nº 216/98, que submete ao Senado o nome de José Olympio Roche de Almeida para exercer cumulativamente o cargo de embaixador do Brasil na Finlândia e, cumulativamente, na Estônia; \*PDL nº 5/98, que aprova o texto do Tratado de Extradição celebrado entre o Brasil e a Coréia, em 1995, ressalvada a alínea "b" do item 6 de seu art. 2º; e \*PDL nº 11/98, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Brasil e a Hungria, em 1997. *Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa*

## PREVISÃO DA SEMANA

## PLENÁRIO

Quarta-feira (9.12.98)

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
- Pauta: \*Terceiro e último dia de discussão em segundo turno da \*PEC nº 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas); \*Substitutivo ao PLS nº 104/96, que dispõe sobre a presença de identificação tátil entre as características gerais das cédulas de moeda-papel; e \*Requerimento nº 584/98, de autoria do senador Hugo Napoleão, solicitando urgência para o PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória.

Quinta-feira (10.12.98)

- ▶ 10h - Agenda em aberto. Hora do Expediente será destinada a comemorar os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Sexta-feira (11.12.98)

- ▶ 10h - Sessão não deliberativa

## COMISSÕES

Quarta-feira (9.12.98)

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
- ▶ 10h - Comissão de Educação
- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Sociais

# Plenário deve votar pena maior para trabalho escravo

Alteração do Código Penal para definir como crimes condutas que favoreçam o trabalho forçado consta da pauta da sessão de hoje

Na sessão plenária de hoje, o Senado deverá votar projeto alterando o Código Penal para definir como crimes condutas que configuram ou favorecem trabalho forçado e escravo. Oriundo da Câmara, o projeto fixa a pena de detenção de um a dois anos, além de multa, para quem impedir alguém de se desligar de serviço de qualquer natureza, mediante coação ou retenção de documentos. O relator, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), ofereceu parecer favorável.

Também deverá ser votado projeto de iniciativa do Executivo que altera o Código Penal Militar, estabelecendo penalidade para o desertor cuja apresentação ou captura ocorra após dez dias da consumação do crime de deserção especial. Conforme a exposição de motivos do Ministério da Justiça, a iniciativa visa também punir com mais rigor a deserção praticada por sargento, subtenente, suboficial e oficial.

Outro projeto que deverá ser votado

é o que dispõe sobre as operações de crédito destinadas a compensar os estados e o Distrito Federal por perdas de receita, em decorrência da aplicação da Lei 9.424/96, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Também consta da pauta projeto oriundo da Câmara dispoendo sobre a sistemática dos recursos nos processos do Poder Judiciário.

## CAS discute futuro do Museu Goeldi

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promoveu ontem à tarde audiência pública com o objetivo de buscar alternativas para os cortes orçamentários que atingiram o Museu Paraense Emílio Goeldi. O orçamento do museu para 99 foi cortado de R\$ 6 milhões para R\$ 2,8 milhões, computados os R\$ 500 mil de receita própria gerada através de bilheteria.

Presidente da CAS, o senador Ademir Andrade (PSB-PA), autor do requerimento de realização da audiência, garantiu que os parlamentares da Amazônia estão unidos em torno da defesa do orçamento do museu e prontos para dar igual apoio ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). "Sem pesquisa, país nenhum vai pra frente", observou.

Participaram da audiência os senado-



Participantes acreditam que problema maior do museu é que ele tem seu orçamento atrelado ao do CNPq

res Nabor Júnior (PMDB-AC), Juvêncio Dias (PMDB-PA) e Marina Silva (PT-AC); o presidente do CNPq, José Galizia Tudisi; e o diretor em exercício do museu, Peter Mann de Toledo.

O principal problema apontado pelos

palestrantes foi o fato de o Emílio Goeldi não possuir personalidade jurídica própria e seu orçamento estar atrelado ao CNPq, que, por sua vez, está vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que sofreu cortes de orçamento este ano.

## Arruda quer a cultura com mais recursos

Conquistar mais verbas para a cultura. Este é o objetivo de um projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que prevê o aumento de 1% para 10% dos recursos arrecadados com as loterias federais e destinados à área cultural. Em entrevista à TV Senado, Arruda defendeu sua proposta, argumentando que nenhum país se desenvolveu sem aplicar prioritariamente em educação e em cultura. A entrevista vai ao ar hoje, às 9h30, 12h30 e 19h30.

## Verbas para reforma agrária na pauta hoje

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização realiza hoje, às 14h, reunião ordinária para apreciar, entre outras matérias, abertura de crédito especial no valor de R\$ 122,9 milhões para o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra.

Na mensagem em que o ministro do Planejamento, Paulo Paiva, encaminha ao Congresso o pedido de autorização, ele informa que o crédito será coberto por parte dos recursos provenientes das contas de depósitos cujos cadastros não foram atualizados. Como o prazo final

de cadastramento foi ampliado para 31 de dezembro de 1998, parte dos depósitos recolhidos será mantida na Secretaria do Tesouro Nacional, para possível devolução.

O crédito especial será aplicado, conforme o Poder Executivo, no financiamento de programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, em benefício de trabalhadores rurais sem terra e agricultores cujas propriedades tenham área insuficiente para a geração de renda capaz de lhes garantir o sustento e o de suas famílias.

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Operações de crédito estarão em pauta de reunião pela manhã

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem reunião ordinária hoje, às 10 horas, para examinar pauta com nove itens, entre os quais um pedido do governo de Sergipe para contrato de operação de crédito com a União e o banco do estado (Banese), no valor de R\$ 31,5 milhões, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, promovido pelo governo federal.



Lobão quer deduzir do IR pagamentos a empregados domésticos

Outro pedido de operação de crédito na pauta de votação da CAE é da prefeitura de Teresina (PI), que solicita R\$ 18,4 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Esses recursos serão destinados ao projeto Vila-Bairro, em Teresina, que inclui modernização da administração tributária da prefeitura, desenvolvimento de infra-estrutura e expansão da iluminação pública.

Há ainda mensagem do Executivo solicitando a contratação de operação de crédito externo, com garantia do governo brasileiro, no valor de até 225 milhões de marcos alemães, destinados ao financiamento parcial do Projeto Usina Nuclear Angra II. O contrato deverá ser firmado entre a Centrais Elétricas Brasileiras S/A e um consórcio de bancos liderados pelo Dresdner Bank.

O projeto de lei do Senado que institui dedução dos gastos com empregados

domésticos na declaração anual de rendimentos da pessoa física, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), também está na pauta da comissão. Essa proposição, que é terminativa na CAE, tramita em conjunto com outros dois projetos de lei do Senado que tratam do mesmo assunto.

O relator da matéria é o senador Leonel Paiva (PFL-DF), que deu parecer favo-

rável e apresentou substitutivo, instituindo dedução de 10% dos rendimentos tributáveis do contribuinte pessoa física com despesas de pagamento de salários dos empregados domésticos. Outro limite para dedução é de 10 mil Ufirs a cada ano-base. Caso a soma do salário-base não atinja qualquer dos dois limites fixados, o senador autoriza, no substitutivo, a dedução das contribuições sociais e encargos trabalhistas recolhidos no período, em decorrência das mesmas relações empregatícias.

Outro projeto terminativo na comissão é de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) e altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em relação às cervejas e cigarros destinados à exportação. O parecer, do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), é favorável à matéria. O projeto determina que ficam proibidas a venda e a exposição, no país, de cigarros e cerveja em lata quando destinados à exportação.

# Pedro Malan explica à CAE acordo firmado com FMI

Os senadores da comissão discutirão com o ministro da Fazenda, a partir das 17 horas, os termos do documento negociado com o Fundo

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vão debater hoje com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, os termos do acordo firmado entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A reunião da CAE com o ministro está marcada para as 17 horas.

O presidente da comissão, senador Pedro Piva (PSDB-SP), foi quem acertou com o ministro os detalhes da reunião extraordinária desta terça-feira à tarde. Na última quinta-feira, Pedro Piva conversou com Malan, que prometeu enviar aos senadores a cópia dos termos do acordo com o FMI, nas versões em in-

glês e português, para que os integrantes da CAE possam examinar o protocolo antes de debater o assunto na comissão.

Na reunião da CAE, Pedro Malan deverá fazer, inicialmente, uma exposição sobre o acordo e, depois, responder às perguntas dos senadores.

## Cópias de documentos já estão com ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem das mãos do ministro da Fazenda, Pedro Malan, cópias dos acordos de empréstimos feitos pelo país com o Banco de Compensações Internacionais (BIS), com o Banco do Japão e o FED, o banco central dos Estados Unidos, além do documento relativo ao acordo fechado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Antonio Carlos confirmou que hoje, a partir das 17 horas, o ministro Pedro Malan estará debatendo os termos desses acordos com os parlamentares que integram a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Segundo o senador, todos os empréstimos serão submetidos à aprovação da Casa, nos termos da legislação vigente. Isso vale para as operações com o BIS, o Banco do Japão e o FED, além dos créditos que estão sendo fechados com os bancos Mundial e Interamericano de



Antonio Carlos Magalhães recebeu textos dos acordos das mãos do ministro da Fazenda, Pedro Malan

Desenvolvimento (Bird e BID, respectivamente).

O senador calcula que os documentos desses acordos poderão ser apreciados pelo plenário até a próxima quinta-feira. Ele reafirmou que, enquanto estiver na presidência do Senado, a Casa

"jamais perderá suas prerrogativas".

O acordo com o FMI, esclareceu o presidente do Senado, em princípio não deverá ir a plenário. "A não ser que a CAE decida pedir a apreciação pelo plenário, aí poderá haver essa ratificação", destacou Antonio Carlos.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

7h - Saúde Todo Dia - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Ginástica olímpica  
7h30 - Especial/Unip - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varela entrevista Sérgio Simon. Assunto: Câncer - 2ª parte  
7h55 - Senado em Pauta  
8h - Saúde Todo Dia - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Squash  
8h30 - Jornal do Senado  
8h55 - Senado em Pauta  
9h - Cores do Brasil - o Amazonas  
9h30 - Entrevista com o senador José Roberto Arruda sobre projeto de sua autoria que destina mais recursos das loterias federais para incentivo à cultura  
9h55 - Senado em Pauta  
10h - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)  
12h30 - Entrevista com o senador José Roberto Arruda sobre projeto de sua autoria que destina mais recursos das loterias federais para incentivo à cultura  
12h55 - Senado em Pauta  
13h - Cores do Brasil - a Bahia  
13h30 - Entrevista/Especial - Com o comandante Mello Bastos. Ele conta as suas aventuras e histórias; e explica como se transformou em piloto da Varig e num dos líderes sindicais mais importantes do início da década de 60  
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)  
17h - Comissão de Assuntos Econômicos,

com a presença do ministro da Fazenda Pedro Malan  
20h - Cores do Brasil - a serra dos Órgãos  
20h30 - Entrevista com o senador José Roberto Arruda sobre projeto de sua autoria que destina mais recursos das loterias federais para incentivo à cultura  
21h - Jornal do Senado  
21h15 - Entrevista/Especial - Com o comandante Mello Bastos. Ele conta as suas aventuras e histórias; e explica como se transformou em piloto da Varig e num dos líderes sindicais mais importantes do início da década de 60  
21h55 - Senado em Pauta  
22h - Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h - Agenda Senado  
Em seguida - Música e informação  
14h30 - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
19h - "A Voz do Brasil"  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"  
Em seguida - Música e informação  
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida - Música e informação

## Senador defende MP que controla isenção a entidade filantrópica

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que tem confiança na aprovação, pelo Congresso Nacional, da medida provisória (MP) que restringe as isenções de inúmeras entidades que atualmente gozam de incentivos como instituições filantrópicas. A votação da MP está prevista para amanhã.

Na avaliação do senador, o ajuste da base governista, depois da derrota do governo na semana passada, e as manifestações de lideranças da oposição favoráveis à distinção entre "filantropia e pilantropia" reforçam a confiança em que a medida poderá ser aprovada. Para Antonio Carlos, não é correto que instituições particulares de ensino, que co-

bram altas mensalidades e são propriedade de pessoas ricas, recebam o privilégio das isenções.

- Se as demais pagam, elas têm que pagar também - destacou.

Com relação à proposta de inclusão dos inativos e pensionistas nos descontos da Previdência, Antonio Carlos defende o exame da matéria na próxima legislatura.

A promulgação da reforma da Previdência, avalia o senador, poderá ser feita até o próximo dia 15. Ele procurou deixar clara sua posição em relação às especulações sobre a reforma ministerial:

- Por mim, ela poderia ser feita hoje. Quanto mais rápido, melhor.

## Ministro coreano visita Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem em audiência, para visita de cortesia, o ministro do Comércio da República da Coreia, Han Duck-Soo.

Durante o encontro, houve troca de pontos de vista sobre a evolução do projeto de investimento da indústria automobilística coreana no Brasil. Duck-Soo disse que o Brasil tem-se revelado "um grande parceiro da Coreia", e que os negócios têm sido bons para os dois lados.

## CRE

## Indicações de embaixadores serão apreciadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida interinamente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), reúne-se hoje, às 17h30.

Serão avaliadas as indicações de Geraldo Affonso Muzzi para embaixador do Brasil na Malásia e de José Olympio Rache de Oliveira para embaixador do Brasil na Finlândia e Estônia, cumulativamente.

A comissão apreciará os textos do Tratado de Extradicação celebrado entre o Brasil e a República da Coreia - relatado pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS) - e do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, firmado entre os governos do Brasil e da Guiné-Bissau, relatado pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

Serão discutidos também a Convenção da Unidroit sobre Bens Culturais Furtados, relatado pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), e o Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade celebrado com o Uruguai, com parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

## Arruda elogia avaliação da UnB no provão



Arruda

A primeira colocação entre as instituições brasileiras de ensino superior obtida pela Universidade de Brasília, na recente avaliação do Ministério da Educação, foi destacada ontem pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Ele lembrou a participação do ex-senador Darcy Ribeiro na criação da instituição e a capacidade demonstrada pela UnB em reunir os melhores professores. "O desempenho da Universidade de Brasília comprova a excelência do seu corpo docente", avaliou o senador.

Arruda elogiou o trabalho do MEC na avaliação do ensino superior. Para ele, a resistência inicial foi superada e hoje a avaliação "já não é razão de polêmica".

## Elcio destaca sentença sobre caso Tancredo



Elcio Alvares

O senador Elcio Alvares (PFL-ES) pediu ontem a transcrição, nos Anais do Senado Federal, de sentença na qual o juiz federal da 16ª Vara de Brasília Francisco Neves da Cunha anulou penalidade imposta pelo Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF) ao médico Francisco Pinheiro da Rocha, responsável pela primeira cirurgia a que se submeteu o presidente Tancredo Neves, à véspera de sua posse na Presidência da República.

O magistrado ressalva em sua sentença que o cirurgião não desobedeceu ao Código de Ética Médica em vigência, ao ter divulgado que o presidente recém-eleito fora operado de um divertículo de Meckel, quando na verdade Tancredo Neves era portador de um leiomioma, um tumor benigno. Segundo o juiz, somente em Código de Ética posterior se estabeleceu que seria passível de pena "expedir boletim médico falso ou tendencioso". Assim, afirmou que "pecou o veredicto combatido por aplicar a um fato anteriormente acontecido lei inexistente naquele tempo, norma posterior e mais grave".

A decisão do juiz, qualificada por Elcio Alvares como magistral, brilhante e minuciosa, foi tomada em ações ordinária e cautelar impetradas por Pinheiro da Rocha. Elcio relatou sua satisfação ao tomar conhecimento da sentença, fazendo justiça a um profissional "a quem esta Casa e o Congresso Nacional muito devem".

# Governo assumiu luta pelos direitos humanos, diz Alcântara

Para senador, prêmio concedido pela ONU a José Gregori demonstra que a comunidade internacional reconhece o esforço feito pelo Brasil

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ressaltou ontem a luta do governo em defesa dos direitos humanos. "O prêmio das Nações Unidas, que será concedido ao secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, é simbólico e reconhece os esforços do governo nesse setor que colocou o Brasil em outro patamar", disse.

Alcântara citou artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* de ontem, segundo o qual as maiores críticas ao Brasil no exterior na área dos direitos humanos ainda são relativas a massacres que permanecem sem punição, como o dos sem-terra em Eldorado do Carajás, o con-



Lúcio Alcântara

fronto de Corumbiara e a invasão do Carandiru, que deixou 111 mortos.

Em sua entrevista ao jornal, Gregori reconhece que o país continua sendo cobrado pela lentidão da Justiça e a violência da polícia, afirmou o senador. "Mas o secretário enfatiza que o prêmio, em comemoração aos 50 anos da

Declaração dos Direitos Humanos, deve ser um estímulo para que o Brasil não deixe de atuar nessa área", disse Alcântara, lembrando que a premiação das Nações Unidas já foi dada a personalidades como o presidente sul-africano, Nelson Mandela, e Martin Luther King.

## Cabral lembra reação de Pedro Aleixo contra AI-5

Lembrando os 30 anos de edição do AI-5, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou que, assim como o vice-presidente Pedro Aleixo votou contra esse ato, ele também foi o único deputado estadual contrário à aprovação do Ato Adicional que, em 1964, impôs eleições indiretas no Amazonas. Entre 30 deputados estaduais, Cabral foi o único voto contrário.

— Minha presença nesta tribuna é uma homenagem a quem praticou a dignidade com um gesto que o fez merecedor de entrar para a história deste Parlamento — disse Cabral, referindo-se a Pedro Aleixo.

Ele lembrou que, na reunião em que o AI-5 foi assinado, o presidente Costa e Sil-



Bernardo Cabral

va teria refletido: "Deus queira que, ao final de tudo isso, Pedro Aleixo tenha razão".

O senador lembrou que Costa e Silva não pôde viver para comprovar que Aleixo estava certo. Desse fato histórico, completou, deduz-se que "o caminho certo para se governar um país é não se afastar jamais do trilho da democracia". Antes de

encerrar o discurso, Cabral afirmou que, junto com o senador Jefferson Péres (PSDB-PA), já sinalizou sua posição sobre o propósito do governo de cobrar contribuição previdenciária dos servidores aposentados. E disse que o governo devia ficar satisfeito por vivermos num regime em que é possível discordar.

## Carlos Patrocínio propõe seminário sobre clonagem

Os avanços registrados pelas pesquisas genéticas, particularmente na produção de réplicas de animais — a clonagem — têm sido acompanhados por controvérsias que, na opinião do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), justificam a realização de um seminário sobre manipulações genéticas, conforme proposta do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). O seminário contaria com a participação de representantes do Executivo, do Judiciário, da comunidade científica brasileira e da sociedade civil.

— O seminário permitirá a esta Casa



Carlos Patrocínio

canalizar o interesse público para uma adequada avaliação da matéria, o que certamente contribuirá para a formação, tanto junto à opinião pública brasileira como ao conjunto dos senadores, de um juízo sobre a necessidade e a oportunidade de ação legislativa sobre o tema — defendeu Patrocínio, que apresentou parecer favorável à proposta quando de sua apreciação pela Mesa.

Ele salientou que os estudos nessa área têm avançado no Brasil, mas ainda não há legislação específica. Daí a proposta de Quintanilha vir "em boa hora".

## Jucá festeja aprovação de projetos

O senador Romero Jucá (PFL-RR) saudou em plenário a aprovação em caráter terminativo, na última quinta-feira, de dez projetos de lei autorizativos de sua autoria



Romero Jucá

na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Os projetos autorizam o Poder Executivo a criar em municípios do estado de Roraima, vinculados à Suframa, dez distritos agropecuários destinados a desenvolver atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração e áreas institucionais para preservação e pesquisa.

Os projetos seguiram para a Câmara dos Deputados, onde o senador espera que tenham tramitação rápida. Jucá lembrou que apresentou os projetos em 1996, por entender que essa é a melhor forma de disciplinar a ocupação ordenada do solo na Amazônia sem deixar de cuidar do meio ambiente, evitando inclusive a repetição das queimadas ocorridas em Roraima. "O preço da ação predatória é um preço alto a se pagar", afirmou Jucá.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cumprimentou Jucá pela luta que trava há muitos anos pelos distritos agropecuários. O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que o zoneamento aprovado pelo Senado serve para alertar as autoridades sobre a necessidade de investimentos no interior.

## Amorim apela em favor de servidores

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) fez um apelo em favor dos funcionários públicos, há quase cinco anos com vencimentos congelados. "Na proposta orçamentária para 1999, não há previsão para aumentar seus salários. Enquanto isso, o governo quer elevar a contribuição previdenciária dos funcionários da ativa e até mesmo retirar os últimos centavos dos pobres aposentados", indigna-se.

Para Amorim, é preciso acabar com a ditadura dos economistas do governo. "Sua caixa preta é tão complexa que poucos a entendem. Como compreender uma política que privilegia o capital especulativo e deixa de lado a produção? Que aumenta os preços dos remédios e das mensalidades escolares?", indagou, espantando-se com o novo imposto que vem aí, sobre combustíveis e gás de cozinha.

Para o senador, os parlamentares devem ouvir o clamor do povo para "legislar em benefício da pátria". "São intoleráveis os cortes no Orçamento punindo a educação, a saúde e a classe trabalhadora", enfatizou.

## União fraudou Previdência, acusa Jefferson

Vincular o déficit da Previdência Social à insuficiência de contribuição pelos servidores públicos constitui, na opinião do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), uma falácia. Para ele, a responsabilidade pelo problema concentra-se na gestão feita pelo poder público.

— É uma falácia dizer que a Previdência chegou a este estado pré-falimentar porque os servidores contribuem menos do que deveriam. O fato é que o sistema previdenciário foi estabelecido em boas bases atuariais e os prejuízos decorrem de ações do poder público. Esta é a verdade histórica — afirmou ontem o senador.

De acordo com Jefferson Péres, as reservas técnicas acumuladas pelos institutos previdenciários durante mais de 20 anos foram desviadas, "quando deveriam constituir um fundo para honrar compromissos futuros".

— A Previdência foi fraudada pela própria União. Não fosse isso, o sistema estaria funcionando perfeitamente — ressaltou.



Ernandes Amorim



Jefferson Péres